



EMANCIPAÇÃO, CIDADANIA E JUVENTUDES: ESTES TEMPOS

MARY GARCIA CASTRO

Série Cadernos FLACSO

N11

www.flacso.org.br

Série Cadernos FLACSO

N11

www.flacso.org.br





Série Cadernos FLACSO

Número 11

FLACSO Brasil

Diretor: Pablo Gentili

Os Cadernos da FLACSO são publicados em versão eletrônica e gráfica, com tiragem de 1.000 exemplares para distribuição em instituições acadêmicas, no serviço diplomático e nos órgãos de imprensa.

Os textos publicados apresentam a opinião dos autores e não necessariamente sintetizam a posição da FLACSO Brasil sobre os temas em debate.

EMANCIPAÇÃO, CIDADANIA E JUVENTUDES: ESTES TEMPOS

Mary Garcia Castro

ISBN 978-85-60379-27-9

Maio, 2014

(c) FLACSO Brasil (da Série Cadernos FLACSO)

Rio de Janeiro, 2014

FLACSO - Brasil

Rua São Francisco Xavier, 524 - Bloco F - 12º andar

Sala 12.111 - CEP: 20550-013 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Fone/Fax: (+55 21) 2234-1896 - 2334-0890

www.flacso.org.br

Série Cadernos FLACSO

N11

www.flacso.org.br



Mary Garcia Castro

PhD em Sociologia pela Universidade da Flórida. Professora da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), do Programa Mestrado e Doutorado Família na Sociedade Contemporânea e Mestrado em Política Social e Cidadania. Co-Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identidades e Cidadania (NPEJI/UCSAL-CNPQ). Pesquisadora bolsista CNPq e FAPERJ. Pesquisadora da FLACSO, Sede Acadêmica Brasil.



ÍNDICE

Parte I - Os Desafios das Ciências Sociais: Entre a Crise do Capitalismo e a Emancipação social

Que emancipação social? Como? Por quem? Quando?	
Reflexões Gerais	6
Emancipação: uma palavra em busca de um conteúdo. Um desafio!	9
Em que cenário se discute ciências sociais e emancipação: pinceladas	15
Promessas e desafios do conceito de emancipação	19
Aterrizando: Estes Tempos, Esta Crise. Que Emancipação estaria em Curso?	23
Referências	24

Parte II - Juventudes e Cidadanias

Apresentação	26
A intenção	27
O gesto: ideias sobre juventudes e cidadanias no Brasil	31
Fechando	37
Referências	38

PARTE I

OS DESAFIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: ENTRE A CRISE DO CAPITALISMO E A EMANCIPAÇÃO SOCIAL*

Que emancipação social? Como? Por quem? Quando?

REFLEXÕES GERAIS

Recorto o tema da conferência “Os Desafios das Ciências Sociais: Entre a Crise do Capitalismo e a Emancipação social” (ver nota 1) por outros, sem a pretensão de ineditismo ou de exploração a fundo da complexidade que o tema eixo exige.

São muitos os desafios das ciências sociais hoje. Como enfrentar velhos dilemas, como por exemplo, a perplexidade de Max Weber, em 1904 sobre possíveis desastres para o humano, com a fragmentação entre razões, como a instrumental, a ética, a estética e o crescente domínio da racionalização econômica capitalista? Termina Weber, a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, não com uma resposta, mas uma questão sobre a ‘jaula de ferro’, sua expressão sobre a modernidade:

Ninguém sabe quem viverá, no futuro, nesta prisão ou se, no final deste tremendo desenvolvimento surgirão profetas inteiramente novos, ou se haverá um grande ressurgimento de velhas ideias e ideais ou se, no lugar disso tudo, uma petrificação mecanizada ornamentada com um tipo de convulsiva auto significância. Neste último estágio de desenvolvimento cultural, seus integrantes poderão de fato ser chamados de ‘especialistas sem espírito, sensualistas sem coração; nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado’ (WEBER, 1992: 86)

Para sair do determinismo da ‘jaula de ferro’, que sugere a reflexão Weberiana sobre a ‘perda dos sentidos’ e a ‘perda da liberdade’ no projeto de modernidade, modelado pelo capitalismo e o conseqüente “desencanto do mundo”, construto também do vocabulário de Weber, o conhecimento com perspectiva emancipacionista vem revisitando os clássicos, em especial Marx. As múltiplas determinações do real, questionamentos sobre buscas por totalidade, o debate sobre sujeitos políticos no fazer a história, a pergunta se é a classe um sujeito político, e as potencialidades e limites das organizações de classe, são alguns temas que cobram urgência no plano de uma

*Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Conferência Inaugural do II Seminário de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento - “Os Desafios das Ciências Sociais: Entre a Crise do Capitalismo e a Emancipação Social”, em Cachoeira/BA, no dia 27 de novembro de 2012. Agradeço as críticas e sugestões de Pedro Castro ao texto original.

imaginação crítica-político-cultural sobre emancipação social. Podem ser ferramentas do conhecimento emancipacionista não necessariamente suficientes, mas indicam que há que ir além do espetáculo, buscar ler as pistas do cotidiano, “os sinais para o futuro” (ZIZEK, 2012), fazer novas perguntas. Não necessariamente para ter respostas, mas para melhor compreender aquelas que se não mapeiam caminhos, sugerem vontades de mudanças, como as mobilizações nas ruas, os protestos nas redes, os grafites e pichações feitos por jovens nos muros das metrópoles globais. Conseguir observar no presente os sinais para o futuro, já é um grande desafio.

De fato faz parte do fazer-se conhecimento, debater-se com os desafios do real. Já em 1997, Sergio Adorno em um sugestivo artigo intitulado “O Social e A Sociologia Em Uma Era de Incertezas” afogava os leitores com a menção sobre alertas de turbulências ao conforto do conhecimento estabelecido:

A crise do Estado-providência (cada vez mais privatizado); os novos movimentos sociais (que trazem para o espaço social e político novos sujeitos que não se deixam facilmente deduzir das estruturas sociais tradicionais); as classes sociais (que se revelam extremamente heterogêneas e rebeldes a uma identidade pré-estabelecida e pela teoria); a nova relação público-privado (em que os termos se diluem e/ou se invertem); a sociedade política redimensionada (transbordando o espaço político tradicional unificado pelo Estado); a consciência histórica dissipada em um eterno presente esquizofrênico; subjetividade extraída do seu registro ‘clássico’ na sociologia, impõe-se como questão privilegiada, recuperando o seu diálogo com a psicanálise; a par de poderosos processos de globalização e o poder militar – tudo isso remete ao reconhecimento inegável de novas formas diversificadas e inéditas de sociabilidade que desafiam as percepções convencionais e induzem a uma profusão de novas leituras, registros e olhares sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro.

[Por outro] lado, sociedade, cultura e poder, no Brasil e América Latina contemporâneos, remetem à pluralidade, à explosão e à marginalização política da imensa maioria da população, bem como à enorme desigualdade econômica e social, problemas da modernidade simultâneos aos da contemporaneidade, constituindo um imenso desafio à teoria destas sociedades e à própria teoria sociológica enquanto tal (ADORNO, 1997: 9-10).

A intenção deste texto é mais modesto. Discutir algumas modelações do conceito de emancipação social, recorrendo com simplificações:

- as formulações de Marx, enfatizando a distinção e nexos entre emancipação política-ganhos possíveis no escopo do Estado — e emancipação humana — a liberdade do ser humano em perspectiva de totalidade, além do capitalismo, do Estado, ou seja só possível, para Marx, no comunismo, quando o ser humano se transformaria com a transformação do sistema;
- as considerações críticas, em especial ao conceito de emancipação humana, de Marx, como a que nos traz Laclau (1996), que sublinha que esta é mais uma

promessa de mudança que propriamente um projeto pré-definido, questionando portanto caminhos pré-mapeados e agenciais e sujeitos únicos, em tal processo;

- a propriedade das formulações de Rancière (2010), sobre o “espectador emancipado”, a participação multicultural sem enredo fixo, por irreverências, transgressões, transitando por arte e culturas, nestes tempos de mobilizações diversas, em vários países, contra o que se vem chamando crise do capitalismo, ou mais propriamente, contra as medidas de austeridade, de precarização da vida dos homens e mulheres comuns, para fazer frente a tal crise, para amparar as perdas do capital.

A intenção é também ponderar sobre o que chamo a dialética entre tempos —presente e futuro —, a relação entre estar em movimentos emancipatórios, conquistas no hoje e comprometer ou colaborar para emancipações mais radicais no futuro, ainda que este em termos de quando seja uma incógnita.

A leitura de Rancière (2010) me sugere que um dos grandes desafios das ciências sociais no plano do pensamento crítico é colaborar para que o espectador se emancipe de sua posição passiva de espectador; é resgatar o elo perdido entre ciência, estética e ética, ou seja saírem as ciências sociais do seu lugar majestático de conhecimento da razão, ouvir e aprender de outros conhecimentos, em especial das artes, da indignação, das transgressões dos jovens, de um vir a ser sem rotas pré-fixadas, mas sem deslumbra-mentos populistas, sem abrir mão do que Bourdieu et al (2004) chamou a “vigilância epistemológica” quando em diálogo com conhecimento gestado por uma sociologia espontânea.

A preocupação com o espetáculo e com os espectadores não me sugere que comparta com a melancolia da esquerda, nem com o nihilismo que leio em autores que apesar da grande contribuição crítica ao imperialismo do mercado, como Zygmunt Bauman (2012), indicam certa paralisação frente a besta. Não comparto também da euforia dos que lêem nos protestos que varreram os países pós-industriais, nos levantes contra tiranias na África e no Oriente Médio, nas revoltas de jovens de pele escura nos *banlieuses*, como o fim de uma era, e por aí a derrocada do capitalismo. Mas lembro do saber militante, advogado por Florestan Fernandes (in D’Incao 1987), são tempos de ler, estudar, refletir e estar nas lutas, são tempos em que há de contribuir para emancipar o espectador e emancipar os conhecimentos que nos ancoram em profecias. Reflete Bauman (2012: 98):

Graças a abismal desproporção entre a grandiosidade do desafio e a insignificância da nossa caixa de ferramentas, estamos vivendo, como Antonio Gramsci observou quase cem anos atrás (‘profeticamente’, ficamos tentados a dizer), num período de interregno; ou seja, numa condição em que o velho perde depressa sua força e seu poder de ação, enquanto o novo, que em tese poderia substituí-lo, ainda não nasceu ou continua muito pequeno e soluçando baixo demais, para atrair nossa atenção. O veneno da nossa época é a impossibilidade de comparar intenções e forças necessárias para concretizá-las. O mais angustiante dos dilemas já não é “o que deve ser feito”, porém “quem é capaz de fazê-lo”, no caso de conseguirmos chegar a um acordo sobre isso.

A perspectiva de emancipação apela a uma velha questão para as ciências sociais quando discute mudanças ou ações reativas a crises sistêmicas: quem são os atores políticos, em que medida a classe é um sujeito político? Codato e Perissinotto (2012: 192) em “Marxismo como Ciência Social” lembra que: “O aspecto mais interessante em *O 18 Brumário* é o fato de Marx propor uma análise classista da política sem, contudo, reduzir a dinâmica da luta política à dinâmica dos interesses econômicos imediatos das classes sociais”.

A questão dos sujeitos políticos quanto a posição ou quanto a visão de mundo, ou ação de transformação do/no mundo e interesses, ou “representação simbólica de classe” (Codato e Perissinotto, op cit.) é enfrentada por sociólogos que como Bourdieu buscam romper com concepções essencialistas e nos lembram que o “real é relacional” ou seja, classe mais que uma posição, uma propriedade individual, um lugar na produção de bens e de símbolos define-se em relações de antagonismos, inclusive simbólicos “pelo poder de conservar ou transformar o mundo social (e a distribuição de capital que lhe corresponde), conservando ou transformando a percepção que os atores têm deste mundo” (Codato e Perissinotto, 2012: 209).

Mas em que medida o consumidor, o espectador se sente em conflito com o espetáculo que assiste e que o gratifica? Em que medida as revoltas contemporâneas na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) são contra os ajustes para salvar o capitalismo da atual crise, ou são contra o capitalismo? Não sei se esta é uma importante questão, nem outra que comumente se faz em ciências sociais, qual seja, e quem são os representantes para dar uma força real no campo político aos indignados?

Insisto em ficar com a sugestão de Rancière sobre o desafio de compreender estes tempos, observar militantemente as recusas das pessoas comuns, e principalmente dos jovens, por suas irreverências e transgressões. Em como por fraternias, estar junto, embaralhando afetos, Eros e ações, descobrir-se multidão, combinando protestos (virtuais e presenciais) gestam-se mobilizações. Há um processo de socialização política coletiva em curso, que engendra ou não, a possibilidade do espectador se emancipar, ou o que Rancière denomina de “subjetivação política”, que nos desafia. Observa Rancière (2010: 51).

A inteligência coletiva da emancipação não é a compreensão global da sujeição. É a coletivização das capacidades invertidas nas cenas de conflito. É a posta em marcha da capacidade de qualquer um, dos atributos dos homens [seres humanos] sem atributos. São as hipóteses que sugerem, inclusive pouco razoáveis. Creio que há muito mais por buscar e por encontrar atualmente na investigação desse poder [do homem, da mulher comum, e acrescentaria dos e das jovens em transgressões] do que na interminável tarefa de desmascarar os fetiches ou a interminável demonstração da onipotência da besta.

Emancipação: uma palavra em busca de um conteúdo. Um desafio!

Considero que um dos desafios básicos das ciências sociais que se pretendem críticas tem a ver com o que se entende por emancipação, conceito que vem sendo usado de forma ligeira e com horizontes e latitudes diversos.

Emancipar-se-ão os negros, com uma política de cotas e por ações afirmativas? Foram emancipadas as mulheres com a invenção da pílula? Emancipam-se os homossexuais com a tolerância social e o reconhecimento legal de uniões entre eles e entre elas? Emancipam-se os jovens, as jovens com a prática do ficar e por já terem a chave de casa? Os trabalhadores e as trabalhadoras, consideram-se emancipados por decretos que aprimoram a legislação trabalhista? E por qual emancipação estavam gritando tantos, em particular os jovens, nos movimentos dos Indignados e do Occupy Wall Street, ou nas greves de 2012 e 2013 na Europa? Estavam clamando por emancipação política, contra as políticas de precarização da vida, chamadas de políticas de austeridade? Queriam inclusão em direitos e que o Estado voltasse a bancar um sistema de segurança social? Restauração da 'zona de conforto' em que diferentemente dos outros, os migrantes, os povos de pele escura, os moradores nas periferias, das grandes metrópoles europeias, eles, elas, brancos, classe média, estavam antes da crise? Ou clamavam por emancipação humana, o direito de inventar outros direitos, e de dizer basta ao capitalismo?

Com tais questões, não pretendo minimizar legítimas reivindicações, considerando que emancipar-se de fato passa por brechas na cultura política de controle, ir contra discriminações e cerceamento de autonomias e a institucionalização de direitos, inclusive por políticas públicas ou de acordo com a terminologia marxista, com políticas de emancipação¹. As questões anteriores vão mais no sentido de chamar a atenção para o fato de que há de avaliar cenários de conquistas em vários planos da vida de diversas identidades, no hoje e no amanhã. Essas podem ou não correr em paralelo às mobilizações populares contra o capitalismo financeiro e às políticas de ajuste, à ordenação da economia capitalista hoje, nem por isso deixam de ser importantes e cabe à 'sociologia pública' colaborar, mas vale estar atento para seus sentidos para projetos de emancipação humana inclusive para as identidades em foco.

Muitos que protestam usam corpos, imagética, adrenalina, libido, querem emprego, segurança social, recusam tanto as políticas de regulamentação e 'austeridade' que sacrificam proteção social e também se reinventam, expandem agenda, saindo de dicotomias perversas da política individualizada, em que a culpa é do outro, comumente o migrante. Muitos, ao contrário, assumem que são muitos, indicando que de fato outra cultura política, já pré-anunciada em tempos da virada lingüística, na passagem do século; em maio de 1968, por exemplo; viria mais uma vez se insinuando, ou seja o radicalismo da crítica das raízes, anunciando limites da prometida modernidade iluminista, e da racionalidade da economia política capitalista.

No Primeiro Comunicado Oficial do Occupy Wall Street, lançado em Nova York em 2 de outubro de 2011 a tônica foi de denúncia a diversas realizações do capitalismo, mas nomeando-se singularmente as corporações e um apelo para uma espécie de desobediência civil, manifestações pacíficas de protesto, contudo sublinaramente, o sentido de uma socialização para a rebelião:

Nós nos aproximamos de vocês num momento em que as corporações, que colocam o lucro antes das pessoas, o interesse próprio antes da justiça, e a opressão antes da igualdade, controlam nosso governo. Nós

¹ Importante com tal orientação o que se vem chamando de 'sociologia pública' e que encontra em Michael Burawoy e Ruy Braga (2009) importantes aportes para políticas e análises voltadas para justiça social e direitos humanos.

nos reunimos aqui, pacificamente, em assembleia, como é de direito nosso, para tornar esses fatos públicos.

Elas tomaram nossas casas através de um processo de liquidação ilegal, apesar de que não eram donos da hipoteca original.

Elas receberam impunemente socorro financeiro tirado dos contribuintes, e continuam dando bônus exorbitantes a seus executivos.

Elas perpetuaram a desigualdade e a discriminação no local de trabalho, baseados em idade, cor da pele, sexo, identidade de gênero e orientação sexual.

Elas envenenaram a oferta de comida pela negligência e destruíram a agricultura familiar através do monopólio.

Elas lucraram com a tortura, o confinamento e o tratamento cruel de incontáveis animais não-humanos, e deliberadamente escondem essas práticas.

Elas continuamente arrancaram dos empregados o direito de negociar melhores salários e condições de trabalho mais seguras.

Elas mantiveram os estudantes reféns com dezenas de milhares de dólares em dívidas pela educação, que é, em si mesma, um direito humano.

Elas consistentemente terceirizaram o trabalho e usaram essa terceirização como alavanca para cortar salários e assistência médica dos trabalhadores.

Elas influenciaram os tribunais para que tivessem os mesmos direitos que os seres humanos, sem qualquer das culpabilidades ou responsabilidades.

Elas gastaram milhões de dólares com equipes de advogados para encontrar formas de escapar de seus contratos de seguros de saúde.

Elas venderam nossa privacidade como se fosse mercadoria.

Elas usaram o exército e a polícia para impedir a liberdade de imprensa.

Elas deliberadamente se recusaram a recolher produtos danificados que ameaçavam as vidas das pessoas, tudo em nome do lucro.

Elas determinaram a política econômica, apesar dos fracassos catastróficos que essas políticas produziram e continuam a produzir.

Elas doaram enormes quantidades de dinheiro a políticos cuja obrigação era regulá-las.

Elas continuam a bloquear formas alternativas de energia para nos manter dependentes do petróleo.

Elas continuam a bloquear formas genéricas de remédios que poderiam salvar vidas das pessoas para proteger investimentos que já deram lucros substanciais.

Elas deliberadamente esconderam vazamentos de petróleo, acidentes, arquivos falsificados e ingredientes inativos, tudo na busca do lucro.

Elas deliberadamente mantiveram as pessoas malinformadas e medrosas através de seu controle da mídia.

Elas aceitaram contratos privados para assassinar prisioneiros mesmo quando confrontadas com dúvidas sérias acerca de sua culpa.

Elas perpetuaram o colonialismo dentro e fora do país.

Elas participaram da tortura e do assassinato de civis inocentes em outros países.

Elas continuam a criar armas de destruição em massa para receber contratos do governo.

Para os povos do mundo

Nós, a Assembleia Geral de Nova York que ocupa Wall Street na Praça Liberdade, os convocamos a que façam valer o seu poder.

Exercitem o seu direito a assembleias pacíficas; ocupem os espaços públicos; criem um processo que lide com os problemas que enfrentamos; e gerem soluções acessíveis a todos.

A todas as comunidades que formem grupos e ajam no espírito da democracia direta, nós oferecemos apoio, documentação e todos os recursos que temos.

Juntem-se a nós e façam com que suas vozes sejam ouvidas.

Estas demandas não são exaustivas.²

Note-se que o movimento Occupy Wall Street declarou que não indicaria preferências na eleição presidencial.

Nos termos do Occupy Wall Street, os manifestantes não estão dizendo apenas que prefeririam não participar da dança do capital e de sua circulação; eles também “preferem não” depositar um voto crítico (a “nossos” candidatos) ou se envolver em uma forma qualquer em um “diálogo construtivo”. Esse é o gesto da *subtração* em sua forma mais pura, a redução de todas as diferenças qualitativas a uma mínima diferença puramente formal que abre espaço para o novo. (ZIZEK, 2012: 87).

Para Slavoj Zizek (2012), Occupy Wall Street recusaria “mudanças cosméticas”; mas estaria começando com uma rejeição. Contudo seria prematuro fazer previsões sobre seu curso. O importante seria observar em que medida estar-se-ia com movimentos desse tipo construindo o novo, ou se perdendo no excesso de crítica e contribuindo para que se pressione a formular um programa concreto, sutil estratégia que visa ‘democratizar o capitalismo’. O movimento deveria ser acompanhado, sendo um desafio sua trajetória, considerando suas ideias básicas:

- 1) O descontentamento com o capitalismo enquanto sistema (o problema é o sistema capitalista como tal, não sua corrupção particular);
- 2) A percepção de que a forma institucionalizada da democracia representativa multipartidária não é suficiente para combater os excessos capitalistas, isto é a democracia precisa ser reinventada. (ZIZEK, 2012: 92)

Mas, pergunta Zizek: “Existe um nome para essa democracia reinventada além do sistema representativo multipartidário?” O autor responde: “Sim, ditadura do proletariado”. Entretanto reconhece que não cabe aos intelectuais produzir respostas ou programas sobre o que fazer. Movimentos de protesto, de rejeição como Occupy Wall

² In <http://occupywallst.org/> consultado em 15/04/2012.

Street seriam em si respostas, de acordo com as condições históricas atuais, caberia aos intelectuais propor questões para tais respostas.

Trata-se de uma situação como a da psicanálise, em que o paciente sabe a resposta (seus sintomas são as respostas), mas não sabe a que ela responde, e o analista tem que formular a questão. E somente por meio desse trabalho paciente que um programa surgirá. (ZIZEK, 2012: 95)

De fato se está longe de análises consensuais e muitos tendem a enquadrar o hoje em roteiros já conhecidos. Há cientistas sociais, como Fabio Wanderley Reis (2012), que defendem que um movimento como o Occupy tem mais possibilidade de repercussão em países da Europa e de relacionar-se com movimentos como os que se ampliam na Espanha e na Grécia, considerando o forte impacto do desemprego e do deterioro das condições de vida. Mas que teria poucas chances de penetração e maior consequência nos EUA, considerando em particular a eleição de Obama e seu empenho na ampliação do estado de bem estar social, um certo tipo de antídoto social democrata. Reis (2012, 34) defende que a saída mais uma vez será social democrata nos EUA.

Numa visão mais ampla, cabe propor que a solução para as contradições do capitalismo democrático não tem como escapar à reafirmação da social-democracia, em que a autonomia individual e a iniciativa econômica no mercado se conciliam com o Estado democraticamente constituído e confirmado como instrumento de regulação econômica e solidariedade social.

Há de ter claro que nem todos os que se indignam são contra o capitalismo. Cerca de 30% dos americanos em 2011 apoiavam o *Tea Party*, movimento que vem protestando contra o governo liberal de Obama e cujas opiniões coincidem, em linhas gerais, com as dos eleitores republicanos: "As principais preocupações do movimento incluem o corte do tamanho do governo, a redução de impostos, do desperdício, da dívida pública e do déficit do orçamento federal, além do retorno à interpretação original da Constituição dos Estados Unidos".³

Mesmo entre os progressistas indignar-se para muitos não significaria necessariamente querer rompimentos radicais. O estímulo mais vivenciado, 'estopim para aparição dos indignados espanhóis', seria "a explosão da bolha imobiliária, a implosão do estado de bem estar social, o ódio pelo lucro fácil das operações de capital de risco e o desemprego em massa (24% em novembro de 2012 na Espanha)" (GRAÇA, 2012: 120). Mas note-se que muitos indignados reivindicam 'democracia direta', são críticos de fórmulas convencionais, liberais. Nem todos os protestos fatiam a crítica, fixando-se em construtos do capitalismo, como a corrupção. Refletem sobre raízes do aumento das desigualdades sociais, da estagnação econômica, das barreiras para a mobilidade social. Traz-se uma dimensão geracional clara, não teriam os mais jovens – um dia classe média, a possibilidade de vir a ter as condições sócio-econômica a que chegaram seus pais.

Para alguns autores a crise do capitalismo hoje não é somente econômica, mas político ideológica e pode significar muito mais em termos de mudanças sociais

³ In http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Tea_Party, consultado em 26.11.2012.

no mundo que as anteriores e não necessariamente as mudanças podem ser inovadoras e progressistas. Immanuel Wallerstein (2011), por exemplo, pondera que o capitalismo estaria chegando ao fim da linha: já não poderia mais sobreviver como sistema. Mas destaca que não há como afirmar o que surgirá em seu lugar: “pode ser melhor (mais igualitário e democrático) ou pior (mais polarizado e explorador) do que temos hoje em dia” e que o modelo dependeria “da escolha que fizemos agora”, contudo não adianta o que seria necessário para tal escolha e quem somos nós, os sujeitos a fazer a escolha.⁴

A complexidade do fazer escolhas, em que base, com que capital político, desafia generalizações, pede estudos contextualizados, clamando pela flexibilização do que se entende por emancipação social ou recusa das leis de mercado do capitalismo atual. O caso da Islândia, por exemplo, é emblemático, país que optou por um caminho distinto daquele tomado por Grécia, Itália, Espanha e outros países em crise, apelando para estratégias de democracia participativa radical, com conselhos de cidadãos, cidadãos e plebiscitos sobre as decisões político econômicas a serem tomadas.⁵

Alguns cientistas sociais em áreas ainda não atingidas de forma tão aguda pela crise do capitalismo, como o Brasil, ponderam que não haveria condições aqui para escolhas radicais, mas que independente do tipo de lugar político os movimentos sociais, mesmo integrando a frente do governo, deveriam exercer uma participação crítica⁶ e

4 Immanuel Wallerstein em Entrevista a Sophie Shevardnadze | Tradução: Daniela Frabasile O tempo em que podemos mudar o mundo, www.outraspalavras.net, consultado em 20.11.2011.

5 “A Islândia viveu um *boom* especulativo junto a uma forte desregulamentação do sistema financeiro a partir do começo da década de noventa (o filme *Inside Job* retrata com precisão o ocorrido). Em abril de 2011, após o colapso do banco *Icesave*, o governo se deparou com um dilema: (i) cobrir o rombo de aproximadamente 4 bilhões de reais deixados pela instituição privada com dinheiro público, honrando os compromissos com credores ingleses e holandeses e garantindo um ambiente seguro para investimento, ou (ii) fazer com que a população entendesse o problema e se dirigisse às urnas para decidir através de um plebiscito.

Para desespero dos economistas do Fundo Monetário Internacional e investidores ingleses, o presidente Ólafur Grímsson optou pela segunda opção, aprofundando ainda mais a experiência democrática do país. A lição foi dada pelos gélidos e muito bem formados líderes islandeses: a população não pagará por erros cometidos pela ganância de banqueiros e agentes privados.

Meses depois, em julho, a Islândia novamente mostrou ao mundo o que é democracia: anunciou que havia formado um Conselho Constitucional com 25 representantes da sociedade, que seriam responsáveis por elaborar um texto constitucional prévio. Após o início dos trabalhos, o material foi disponibilizado para ser debatido on-line através de mídias sociais (como o Facebook) e reescrito, se necessário, por toda a população.

A repercussão sobre a inovação institucional da Islândia foi pequena. O jornal inglês *The Guardian* publicou uma matéria sobre a tal “*crowdsourcing constitution*”, mas pouco se falou sobre a relação entre revolução tecnológica e radicalização da democracia” Rafael A. F. Zanatta in <http://ponto.outraspalavras.net/2012/02/04/uma-historia-ser-contada-guinada-democratica-da-islandia/> consultado em 25/11/2012.

6 “Participar criticamente significa, em primeiro lugar, não abrir mão das bandeiras populares, mesmo que isso crie conflitos no interior da frente. Eu me refiro, é claro, à luta por melhoria salarial e por melhores condições de trabalho, isto é, para que os frutos do crescimento econômico sejam repartidos. Mas, não se trata apenas dessa luta. Dou alguns exemplos referentes a lutas que estão na ordem-do-dia. Independentemente da posição do governo, não podemos abrir mão da bandeira histórica da reforma agrária e da ocupação de terra. Na questão democrática, a luta pela punição dos torturadores do período da ditadura militar está novamente colocada, sejam quais forem a composição e as intenções da Comissão da Verdade. As manifestações recentes defronte as residências e empresas de conhecidos torturadores – os chamados *escrachos* – são muito importantes nesse sentido. O movimento popular deve, também, levantar a bandeira da independência nacional. Deve pressionar o governo brasileiro para que ele se coloque contra as sucessivas intervenções militares dos EUA e da OTAN nos países da África e da Ásia.

estar vigilante, considerando a probabilidade de que a crise do capitalismo aqui chegue (ARMANDO BOITO JR, 2011).

A questão é que para lidar com a crise do capitalismo, mas além de uma orientação social democrata ou com fins de limpar gelo, ainda que tal ação seja válida, se tal gelo é como no caso do Brasil, a miserabilidade de tantos, as escandalosas desigualdades sócio-raciais, não basta como acionar políticas pontuais para inserir muitos na economia de mercado, como consumidores; não basta se limitar a euforia com o crescimento das chamadas classes médias, sem refletir sobre sentidos de ganhos no presente e seu nexos ou não para pavimentar mudanças. Haveria que discutir projetos ou promessas de emancipação.

É quando, insisto a dialética tempo-presente e tempo-futuro, cobra vigilância epistemológica e principalmente política.

É quando se teria que questionar o que vem se entendendo por política social, se as agências de acumulação não são cobradas por não contribuir para a redistribuição. Se nas chamadas políticas sociais predominam uma orientação compensatória.

Quando Guattari (1990) apresenta uma totalidade, múltipla, com referências aos eco-eu, eco-nós, eco-terra, leio um desafio a mais às ciências sociais, inclusive de cunho marxista: a ênfase no progresso e a dicotomia entre objetividade, subjetividade, cultura e natureza.

Em suma são questões em relação a emancipação que estaria em curso: emancipação política hoje, para quem, para que, e como essa pavimentação ou aborta a emancipação social humana, quer concebida como uma promessa em aberto de liberdade, tese de Laclau (1996), ou como um projeto de mudança estrutural do ser humano, das relações entre os seres humanos, entre o ser humano e a natureza, da abolição da propriedade privada e das classes sociais, tese do marxismo clássico.

Em que cenário se discute ciências sociais e emancipação: pinceladas

Há que estar atento para o estado do mundo hoje, o estado da nação, o estado do mundo, e sobre a euforia com modelos de desenvolvimento que priorizam o crescimento econômico e a ampliação do modelo consumista capitalista, sem considerar os efeitos a curto, médio e longo prazo, quer sobre o meio ambiente quer em termos de ética de relações sociais. Alinho-me a Ramonet (2012):

No curso da última década, graças ao crescimento experimentado por vários países emergentes, o número de pessoas saídas da pobreza e incorporadas ao consumo ultrapassou os 150 milhões...⁷ Como não ficar

Em segundo lugar, a participação crítica na frente neodesenvolvimentista significa que é preciso fazer a crítica dos aspectos regressivos dessa política de desenvolvimento. A reprimarização da economia brasileira, a esterilização de um terço do orçamento da União para a rolagem da dívida pública, os prejuízos ambientais e muitos outros aspectos antinacionais e antipopulares do atual modelo devem ser criticados pelos setores populares que participam criticamente da frente. É preciso ter claro o seguinte. A grande burguesia interna depende do voto dos trabalhadores para manter os governos neodesenvolvimentistas e nem por isso essa burguesia abriu mão de lutar por seus interesses mesmo quando isso fere os interesses dos trabalhadores. As associações empresariais estão pressionando o governo para que esse reduza os gastos públicos – os gastos com os trabalhadores, mas não com a rolagem da dívida pública ou com os empréstimos subsidiados do BNDES, poderiam acrescentar – e para que efetue reformas que reduzam o custo do trabalho. Não serão, então, as organizações dos trabalhadores que irão abrir mão de seus objetivos específicos para ganharem nota de bom comportamento no interior desse “frentão”. Armando Boito Jr. in Brasil de Fato 09/04/2012.

7 “Somente na América Latina, como consequência das políticas de inclusão social implementadas por governos

alegre com isso? Não há causa mais justa no mundo que o combate contra a pobreza. Mas isso traz uma grande responsabilidade para todos. Porque essa perspectiva não é compatível com o modelo consumista dominante.

A globalização favoreceu o surgimento de um mundo dominado pelo horror econômico, no qual os mercados financeiros e as grandes corporações privadas restabeleceram a lei da selva, a lei do mais forte. Um mundo onde a busca de lucros justifica tudo, seja lá qual for o custo para os seres humanos ou para o meio ambiente. Neste sentido, a globalização favorece o saque do planeta. Muitas grandes empresas tomam a natureza de assalto, com meios de destruição desmedidos. E obtém enormes lucros, contaminando, de modo totalmente irresponsável, a água, o ar, os bosques, os rios, o subsolo, os oceanos... Que são bens comuns da humanidade.

Apesar do avanço em vários países, em particular no Brasil, nas últimas décadas, de combate a pobreza, persistem profundas desigualdades sociais (por classe, sexo/gênero, incluindo sexualidades diversas, geração e raça, entre outras). Revisito Ramonet (2012, op.cit.):

Esse conselho [cuidado com a biodiversidade e crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento consumista] parece ser puro bom senso, mas é evidente que não se aplica ao um bilhão de famintos crônicos no mundo, nem aos três bilhões de pessoas que vivem na pobreza. A bomba da miséria ameaça a humanidade. A enorme brecha que separa os ricos dos pobres segue sendo, apesar dos progressos recentes, uma das principais características do mundo atual⁸

Essa não é uma afirmação abstrata. Ela tem traduções muito concretas. Por exemplo, no tempo de leitura deste artigo (cerca de dez minutos), dez mulheres no mundo vão morrer durante o parto e 210 crianças menores de cinco anos vão morrer de doenças facilmente curáveis (entre elas, 100 por ter bebido água de melhor qualidade). Essas pessoas não morrem por causa de doenças. Morrem por serem pobres. A pobreza é que as mata.

Enquanto isso, a ajuda dos Estados ricos aos países em desenvolvimento diminuiu cerca de 25% nos últimos quinze anos. E no mundo seguem se gastando cerca de 500 bilhões de euros por ano em armamentos.

O Brasil é um quadro emblemático de avanços por combate a miséria por governos progressistas e persistência das desigualdades sociais e de violências, principalmente contra os jovens, contra jovens negros, maiores vítimas das mortes por homicídios. Segundo o “Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes no Brasil”, (Waiselfisz, 2012), o Brasil em 2009 continuava ostentando a posição de quarto país no mundo quando classifica-

progressistas na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Nicarágua, Paraguai, Venezuela e Uruguai, cerca de 80 milhões de pessoas saíram da pobreza”. RAMONET, Ignácio In Le Monde Diplomatique, N° 195, Janeiro 2012.

8 “No mundo, cerca de 100 milhões de crianças (sobretudo meninas) não frequentam a escola; 650 milhões de pessoas não têm acesso à água potável; 850 milhões são analfabetos; mais de 2 bilhões não dispõem de esgoto, nem de latrinas; cerca de 3 bilhões vivem (incluindo alimentação, moradia, vestimenta, transporte, saúde, etc) com menos de dois euros diários”, RAMONET, op.cit.).

do por crianças e adolescentes (10 a 14 anos) mortos por homicídio – 3,4 por 100.000 pessoas naquela faixa etária. Se a faixa considerada são pessoas em idades jovens (15 a 24 anos), no contexto internacional, o Brasil ocupava a sexta posição, tanto no total de homicídios quanto nos homicídios juvenis, nos 100 países que apresentam dados oriundos da Organização Mundial da Saúde (WAISELFSZ, 2011). Segundo Waiselfisz (2011: 154):

Continua a crescer a vitimização juvenil por homicídios [considerando o período 1998-2008]. Se em 1998 a taxa de homicídios de jovens era 232% maior que a taxa de homicídios da população não jovem (menos de 15 e mais de 24 anos de idade), em 2008 as taxas juvenis já são 258% maiores. Se essa é a média nacional, há ainda as Unidades Federadas com índices de vitimização acima de 300%. Ou diversos estados com jovens representando mais da metade das vítimas de homicídio.

Ora o paradoxo entre crescimento econômico, aumento das chamadas ‘classes médias’, diminuição da pobreza absoluta e vulnerabilizações sociais, violências e mortalidade por violência entre jovens desafia os modelos de ciências sociais de associação simples entre crescimento econômico e qualidade de vida da população. Mas reitera os debates sobre efeitos perversos para a trama de relações sociais, das desigualdades sociais, por classe, raça e gênero, principalmente. Já que as vítimas mais destacadas de tais vulnerabilizações são os pobres, os negros, as mulheres, os jovens e os homossexuais.

Os programas de transferência de renda do governo – incluindo assistência social, Bolsa Família e aposentadorias – representam 20% do total da renda das famílias brasileiras. Em 2008, 18,7 milhões de pessoas viviam com menos de π do salário mínimo. Se não fossem as políticas de transferência, seriam 40,5 milhões. Isso significa que, nesses últimos anos, o governo Lula tirou da miséria 21,8 milhões de pessoas. Em 1978, apenas 8,3% das famílias brasileiras recebiam transferência de renda. Em 2008 eram 58,3%. Assim entre 2001 e 2008, a renda dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais rapidamente que a dos 10% mais ricos. A dos ricos cresceu 11,2%; a dos pobres, 72%. No entanto, há 25 anos, segundo estudos do IPEA, a brecha entre ricos e pobres se reproduz: metade da renda total do Brasil está em mãos dos 10% mais ricos do país. E os 50% mais pobres dividem entre si apenas 10% da riqueza nacional. (Frei Beto - “Desigualdades sociais no Brasil”, In <http://correiodobrasil.com.br/desigualdade-social-no-brasil/175165/>, consultado em 5.1.2012, publicado em 10/8/2010.)

O modelo brasileiro de assistência aos mais pobres por políticas focalizadas vem sendo comemorado, considerando que de fato muitos saíram da miséria. Contudo a crise de 2008 nos chamados países desenvolvidos é um alerta sobre a fragilidade de políticas compensatórias, e do perigoso jogo da dialética entre presente e futuro.

A economista feminista Lena Lavinas bem argumenta sobre o risco da euforia com políticas sociais assistenciais com condicionalidades, considerando o cenário em países da Europa hoje. Segundo Lavinas (2012):

A política social [na Europa] agora passa a ter papel residual operando essencialmente na margem, junto aos “marginais”. Inclusive os que trabalham 40 horas ou

mais por semana e não logram ganhar para viver de seu próprio esforço porque a precarização do emprego e das condições de trabalho lhe roubam esse direito. Estima-se que na Alemanha da alta produtividade industrial, da inovação e da austeridade fiscal, onde não há salário mínimo nacional, senão negociado em cada setor, 12% dos trabalhadores regulares recebem complementação de renda compensatória do Estado porque seus salários não são suficientes para os manter e às suas famílias acima do patamar da pobreza.

A multiplicação das condicionalidades nada mais é que uma maneira de impor as novas regras da precarização e da comodificação do mundo do trabalho. Em países como a UK, Holanda, USA e muitos outros – e a prática se dissemina –, um adulto em idade ativa deve hoje comprovar um número mínimo de horas de trabalho remunerado por semana para reivindicar o direito à assistência pública. A finalidade do *workfare* não é civilizatória, nem da preservação dos valores morais do trabalho como quer fazer crer o pensamento conservador, senão a violência que torna compulsório aceitar qualquer emprego, ainda que indigno, mal remunerado e precário – aceitar, portanto, um novo padrão laboral desfavorável aos trabalhadores – em troca do direito à sobrevivência. Indiretamente, o Estado passa a subsidiar os efeitos trágicos da desregulamentação do mercado de trabalho na vida da classe trabalhadora e favorece a acumulação, barateando o processo;

O acesso ao básico é prerrogativa de quem é pobre, vulnerável, excluído, ou qualquer outra categorização que se queira adotar. Claramente, institui-se um padrão dual, onde o público tem por obrigação oferecer cobertura àqueles que não alcançam o mercado. Em lugar da coesão social, promove-se a discriminação, em nome dos direitos humanos. O piso é para quem não tem status de cidadão. Tem status de assistido. A cidadania passa a ser regida pela capacidade de consumo autônoma, e não por uma lógica assentada em direitos.

Garantir o básico não opera em prol de um processo emancipatório. Em meio a uma crise como essa de 2008, um eventual básico pré-crise se mantém ou é relativizado em função da conjuntura? O que se passa na Espanha, Grécia, Portugal e alhures sugere que o básico deve encolher em função da conjuntura.

Tal reflexão última de Lavinias sugere não somente limites ao que se entende até a nível de senso comum por emancipação no caso de políticas sociais focalizadas e reguladas por condicionalidades. Garante-se sobrevivência, mas não necessariamente autonomia, possibilidade de mobilidade, escolhas. São políticas para o hoje, o emergencial, mas com questionáveis repercussões em termos de trajetórias, processos, o amanhã. Tem-se, portanto outra ilustração de um desafio para as ciências sociais, insisto, a dialética tempo-presente e tempo-futuro.

Por outro lado a situação mundial de precarização do trabalho, da vida de tantos e a persistência de desigualdades sociais por classe, gênero e raça no país, denunciadas até por autores liberais e progressistas, questionam a possibilidade de mudanças estruturais nos limites do sistema capitalista. Os danos que se tem feito não somente às gerações atuais como às futuras alertam sobre a fragilidade das tendências que consi-

deram que o poder é uma questão de disputa de posições entre identidades, na ordem vigente sem questionar com que tipo de projetos político-econômico-culturais se ocupa tais posições e com que tipo de perspectiva de políticas de identidade se milita pelos direitos humanos. É quando muito se conquistou por exemplos em relação a direitos do povo LGBT, dos negros, das mulheres, dos jovens, mas não necessariamente se desestabilizou a hegemonia da heteronormatividade, a supremacia de brancos, o patriarcado, as hierarquias e o 'adultimo', ou conflitos geracionais.

Promessas e desafios do conceito de emancipação

Insisto, é desafio para qualquer conhecimento que se pretende emancipacionista a discussão do conceito de emancipação em suas múltiplas acepções e em especial, considerando escritos de Marx, a diferença dos nexos e as contradições entre emancipação política e emancipação humana.

Karl Marx discorreu sobre emancipação política em seu ensaio de 1844 "Sobre a questão judaica" ("On the Jewish Question"), enfatizando a igualdade perante a lei, perante ao Estado⁹. Já no conceito de emancipação humana, liberdade e totalidade são outras as referências básicas:

Nos Manuscritos econômico-filosóficos, Marx sugere que a emancipação humana dar-se-ia pelo reencontro do homem com ele mesmo. A superação da alienação passa, necessariamente, pelo rompimento dos elos de dominação do sistema capitalista, da propriedade privada e pela instalação do comunismo. "O comunismo é a supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*) do humano, e por isso enquanto apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem". (Marx, K. Manuscritos econômico-filosóficos. p.105- cit. in Tonet, Ivo)¹⁰

A necessidade de conhecimento e ação política para um poder de liberação que vá além da relação com o Estado, da emancipação política conseguida inclusive por políticas públicas, mas principalmente por fortalecimento da sociedade civil, entendida como movimento social, por sujeitos políticos, é sugerida na seguinte análise conceitual:

A questão de Marx é que a alienação produzida pela propriedade privada na ideologia e nas formas de dominação do capitalismo separa

9 A emancipação política do judeu, do cristão e do homem religioso em geral é a emancipação do Estado do judaísmo, do cristianismo e, em geral, da religião. De modo peculiar à sua essência, como Estado, o Estado se emancipa da religião ao emancipar-se da religião de Estado, isto é, quando o Estado como tal não professa nenhuma religião, quando o Estado se reconhece muito bem como tal. A emancipação política da religião não é a emancipação da religião de modo radical e isento de contradições, porque a emancipação política não é o modo radical e isento de contradições da emancipação humana. O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um *homem livre* (Marx, 2003, p. 20). A emancipação política é o máximo que o homem pode aspirar dentro do ordenamento jurídico liberal. Caniellas in http://www.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_01656.pdf consultado em 16.11.2012.

10 In <http://www.espacoacademico.com.br>, consultado em 2.8.2011.

o homem, enquanto indivíduo, da sua condição e consciência genérica e, portanto, da sua capacidade de construir uma vida política. **Ora, sem a ação política, a liberdade individual torna-se uma impossibilidade ou, no máximo, toma a forma de uma ilusão.**

A emancipação só pode ser concebida em termos da conquista da igualdade. Nesse sentido, **a liberdade política significa poder político do povo, em sua oposição ao poder do Estado de direito burguês.**

Marx faz a crítica ao Estado, sobretudo no que se refere ao formalismo jurídico. **A igualdade é garantida na lei, mas a lei não se efetiva na prática. A objeção de Marx é que esse formalismo estatal que se apresenta, aliás, como meio de emancipação política, não passa de uma ilusão, porque mantém o indivíduo alienado, porque não promove a esfera realmente pública e a cidadania.**

O que, de fato, deve ser buscado é a emancipação humana. Esta, porém, é algo muito distinto da cidadania e da totalidade da emancipação política. A emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens [e as mulheres] sejam efetivamente livres supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem esta erradicação é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana. E esta erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas, ao contrário, a sua mais completa superação. **Como diz Marx, nas *Glosas Críticas*, há uma distância infinita entre o cidadão e o homem assim como entre a vida política e a vida humana.** (Destaques em negrito do autor) (Tonet, Ivo)¹¹

Com o objetivo de enfatizar a diferenciação entre emancipação política e emancipação humana Marx ressalta que: “Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual” (2005, p.25). Assim, em um ordenamento capitalista, a emancipação política é o máximo a que se pode aspirar e a emancipação humana só é possível em um novo ordenamento social.¹²

De fato a emancipação humana não teria o caráter de inevitabilidade em escritos de Marx, mas seria uma possibilidade, dependendo da ação dos seres humanos, o que pede conjugar saber-e-poder.¹³

11 TONET, Ivo. Cidadania ou Emancipação Humana. Revista Espaço Acadêmico, nº 44, janeiro de 2005, http://www.seed.pr.gov.br/portals/livrodidatico/frm_resultadoBuscaLivro.php, consultado em 15.7.2011.

12 In Ariela dos Santos Canielles e Avelino da Rosa Oliveira. A Emancipação Humana: Uma Abordagem a Partir De Karl Marx - V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: Marxismo, Educação e Emancipação Humana, 11, 12, 13 e 14 de abril de 2011, UFSC, Florianópolis/SC, Brasil, www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_01/e01c_t003.pdf. Consultado em 18/07/2011.

13 O conceito de emancipação perpassa portanto todo o trabalho marxista. Mas se enfatiza que Marx procede a uma distinção entre emancipação política e emancipação humana:

“Na perspectiva da emancipação política o Homem [sic] pode emancipar-se politicamente, porém permanecerá condicionado a um sistema que oprime suas características enquanto ser genérico e social. Em contrapartida, no pensamento de Marx, para haver a possibilidade da emancipação humana é necessária uma mudança tanto na forma de pensar como nas práticas dos homens. Esse processo está estreitamente relacionado à alienação do homem [sic.], à luta de classes e, principalmente, à liberdade.

Há, portanto um complexo elo entre emancipação política, igualdade garantida pelo Estado, e emancipação humana, liberdade. É quando políticas sociais por exemplo podem colaborar para pavimentar a socialização com saberes contra hegemônicos, críticos, propícios a emancipação humana, ou cortar tal trajetória por direitos, igualdades formais e inclusões sem questionamento do mercado, por exemplo.

A educação como um tipo de saber militante para intervenções também na forma de ver, ler, atuar, participar, inventar performáticas ganha formulação transgressora das fronteiras do conhecimento e volto a apelar para Jacques Rancière (2010), que reivindica a politização da arte, em seu livro “O Espectador Emancipado”, mas adverte como a força do mercado domestica protestos, mobilizações, metamorfoseando esses em espetáculos, “e todo espetáculo é uma mercadoria”. Seria, portanto um outro desafio a um conhecimento crítico e ativista estar em alerta contra ressignificações dos protestos e ultrapassar as dicotomias entre o social e o artístico. As referências ao movimento de Maio de 68 de Rancière (2010: 40) colaboram para que se flexibilize o conhecimento sobre as atuais mobilizações:

A oposição entre crítica artística e crítica social não se apóia em formas históricas de oposição (...) A luta coletiva pela emancipação do operariado nunca se separou de uma nova experiência de vida e de capacidades individuais, ganhas contra os antigos laços comunitários. A emancipação social tem sido ao mesmo tempo uma emancipação estética, uma ruptura com as maneiras de sentir, de ver e de dizer que caracterizavam a identidade operária na ordem hierárquica antiga.

Rancière critica a orientação sociológica, herdeira do século XIX, que amarraria as classes à esfera do econômico e das relações de poder institucionalizadas, sem discutir desarrumações, transgressões das identidades e das formas de ação. De fato se emancipação remete a liberdade, antagonismos a opressões, para alguns autores, em tempos do que Bauman (2000) nomeia como “modernidade líquida”, de “poderes globais, fluidos e sedutores”, também se multiplicariam as modelações de resistências, as linguagens críticas e de afirmações por liberdades, ainda que limitadas em sua força contra hegemônicas. É quando o corpo se anuncia como um dos territórios de protesto, e combina reivindicações diversas, desestabilizando inscrições identitárias, mas sem anulá-las, possibilitando frentes de subversões quanto a discriminações, “cadeias de equivalências” de antagonismos, segundo Laclau (1996) ainda uma promessa.

Lembro pichação lida em muros da cidade colombiana de Cali, nos anos 2000, em tempo de um congresso feminista latino-americano: *Mi cuerpo és mio. Abajo La propiedad privada*.

Não faz parte da agenda deste texto me enredar no debate sobre as diferenças e possíveis eixos de convergência, entre as lutas feministas, antirracistas, an-

Desse modo, podemos afirmar que a *emancipação humana* vincula-se ao desejo da instauração de um novo modelo social que supere o sistema do capital. Por fim, emancipação humana envolve características específicas e complexas: a) Consiste em um processo coletivo e social; b) Para que a emancipação ocorra é necessária uma mudança na forma de pensar e agir em sociedade, através da formação omnilateral do homem [sic.] (Educação integral – aspectos intelectuais culturais e trabalho); c) Superação da alienação e sistema do capital.” CANIELLES, Ariela e OLIVEIRA, Avelino da Rosa Oliveira, 2011, p. 1.

tisexistas e outras e a luta de classes, mas tal polêmica é de fato um desafio para as ciências sociais que se pretendem emancipacionistas, pois sugere cuidado com as fronteiras cognitivas, as rotulações por dicotomias e por outro lado entra no debate que já mencionei, também básico para as ciências de corte emancipacionista, sobre classe e sujeito político.

Esclareço que me posiciono contrária a classificações, como a apresentada por Slavoj Žižek (2012) que considera que uma das diferenças básicas é que as lutas por direitos identitários buscam reconhecimento do outro, da outra, enquanto a luta de classes, suas palavras “visa a superação e subjugação do outro, ou mesmo sua aniquilação... a aniquilação do papel sociopolítico do outro” (ŽIŽEK, 2012: 39).

Ora se as ciências sociais que pretendemos, afasta-se de individualismos metodológicos, podemos afirmar que o outro no caso da corrente feminista emancipacionista, não é o homem, mas o patriarcado e o capitalismo, se o foco não são algumas mulheres na classe. Assim também o outro, em correntes emancipacionistas que estão na luta antirracista, não é o branco, mas a supremacia política-econômico-cultural da identidade branca, seus privilégios, ou seja o conjunto não disjunto entre raça-e-classe. Correntes emancipacionistas anti sexistas focalizam como o outro a ser combatido é o poder hegemônico da heteronormatividade, e não os indivíduos com práticas diferentes dos grupos LGBT. De fato o conhecimento em prol de emancipações afasta-se do positivismo, não comporta reificações. Mas tal conhecimento pede revisitar criticamente o que Laclau (1996) em livro com o sugestivo título “Emancipation(s) designa como “cadeia de equivalência dos antagonismos” necessária para a utopia de frentes de sujeitos políticos múltiplos. Em tal cadeia se respeitariam singularidades, buscas emancipatórias, e a identificação de um outro, um inimigo comum assim como também de um projeto comum, que mais que emancipação, ou livrar-se de algo, buscaria segundo Laclau (1996) a liberdade. Se no plano discursivo tal tese é sedutora, pede mais análises empíricas, considerando os seus limites se considera que as alianças entre identidades subalternas se choca com desigualdades de poder entre pseudos iguais e com as urgências históricas impostas pelo outro, no caso o capitalismo.

A releitura crítica do marxismo por Bourdieu (1998) resgata a cultura por seu potencial político emancipatório, sem resvalar em culturalismos omissos a materialidade das opressões hegemônicas, convidando as ciências sociais para trânsitos além do confortável campo da razão instrumental, das associações lineares, das generalizações, das regularidades, das leis e de caminhos mapeados por construtos e sujeitos pré-anunciados, por objetividades omissas a subjetividades e à razão sensível.

Bourdieu (1998: 9), defendendo uma economia das trocas simbólicas para a ‘dominação masculina’, por exemplo, assim se expressa:

É necessário buscar em uma análise materialista da economia os meios de escapar da ruinosa alternativa entre o ‘material’ e o ‘espiritual’ ou ‘ideal’ (mantida atualmente por meio da oposição entre os estudos ditos ‘materialistas’, que explicam a assimetria entre os sexos pelas condições de produção, e os estudos ditos ‘simbólicos’, muitas vezes notáveis, mas parciais).

Aterrizando: Estes Tempos, Esta Crise. Que Emancipação estaria em Curso?

Até o momento seria temerário fazer previsões sobre rotas históricas das mobilizações em resposta a crise do capitalismo hoje. Slavoj Žižek em “O ano em que sonhamos perigosamente”, referindo-se a distintas mobilizações pelo mundo em 2011, considera que “a mídia estaria matando o potencial emancipatório radical desses eventos ou encobrindo sua ameaça à democracia” (ŽIŽEK, 2012: 9) e defende que “eles estão relacionados com o antagonismo central do capitalismo hoje” (id).

Insisto na reflexão de que estes são tempos das ciências sociais contribuírem com perguntas, por análises, convivências com os movimentos sociais, com as redes sociais, com as mobilizações, com os jovens, com os sujeitos que em subalternidades vem modelando de forma não sistemática, culturas transgressoras, críticas de normatividades hegemônicas, ou seja que por linguagens várias estão dando suas respostas, o que pede postura crítica sobre o nosso acervo de saberes, saindo inclusive das zonas de conforto de nossas ilhas disciplinares, mas entrelaçando saberes e críticas a esses, como sugerem os debates hoje sobre conhecimento complexo¹⁴. Estes são tempos de vigiâncias tanto em relação aos movimentos populares contemporâneos no mundo que se orientam por reivindicações progressistas, considerando inclusive suas diferenças e comunalidades, o que não foi aqui discutido¹⁵, como em relação ao aumento do conser-

14 Sobre pensamento complexo ver entre outros Casanova, 2006; Morin, 2007 e Castro, 2012.

15 É simplista considerar que os movimentos que vem chamando atenção hoje em distintos países contra ordenações políticas e econômicas formariam um conjunto homogêneo quanto a reivindicações, trajetórias e capital político. Faltam análises sobre composição social e política e contextualização de cada movimento e em tempos diferentes e principalmente mais observação sobre suas reconfigurações. O perfil desses movimentos com os indicadores publicados não autoriza generalizações. Por exemplo: “A Primavera Árabe é considerada uma “onda revolucionária iniciada em dezembro de 2010 e que resultou na queda das ditaduras do Egito, Yêmen, Tunísia e Líbia. Manifestantes também foram às ruas exigir maior representação democrática no Marrocos, Kuwait, Sudão, Síria, Bahrein, Argélia e Jordânia.

O que querem: Liberdade de expressão. À repressão política de regimes, quase sempre apoiados pelos EUA juntou-se a crise econômica e o alto desemprego.

Como fazem: uso de rede social (já que os meios de comunicação são censurados) como forma de aglutinação e para suprir a ausência de lideranças claras.

Occupy Wall Street (OWS), movimento iniciado em setembro de 2011 no Zuccotti Park, no distrito financeiro de New York, em Manhattan, espalhou-se por todo os EUA.

O que querem: A principal motivação dos manifestantes foi a indignação frente ao resgate dos grandes bancos pelo governo americano depois da crise financeira global. Defendem maior regularização de Wall Street e denunciam o aumento das desigualdades sociais.

Como fazem: Os manifestantes foram obrigados a deixar a praça depois de dois meses. De lá para cá já ocupavam bancos, prédios comerciais e universidades.

Indignados (M 15), movimento nascido no dia 15 de maio de 2011 com protestos convocados pelas redes sociais.

O que querem: criticam a polarização partidária entre o PSOE (esquerda) e o PP (direita). São contrários à política econômica estabelecida pela Comunidade Europeia, buscando alternativas regionais par a crise financeira global. A Espanha é um dos países mais afetados pelo desemprego. São nacionalistas e contrários a reivindicações separatistas.

Como fazem: manifestações nas ruas de diversos estratos da sociedade, de estudantes a aposentados, algumas vezes sem roupa e com repressão policial.

Indignados gregos (Democracia agora), movimento iniciado na Grécia em 2010 contra o pacote de austeridade fiscal imposto pela Comunidade Europeia a Atenas, em meio a uma das maiores.

O que querem: os manifestantes se voltaram contra o FMI, o que foi um instrumento importante no surgimento da Coalizão da Esquerda Radical (Syriza, na sigla grega). Tornaram-se a segunda maior força no Parlamento.

Como fazem: protestos nas praças. “Na melhor tradição democrática grega, os aspirantes a orador recebem

vadorismo, das violências institucionalizadas, dos racismos, das discriminações, da onda contra o migrante de pele escura, de fundamentalismos.

Políticas emancipadoras, como ações afirmativas, cotas, programas de transferência de renda, de combate ao desemprego, por educação de qualidade e outras pedem a concorrência de conhecimentos atentos a diversidades, tendo os indivíduos não somente como sujeitos com necessidades, sujeitos de direitos, mas também sujeitos de desejos, e com o direito de inventar direitos por caminhos novos. Ontem e hoje, persiste o desafio por um conhecimento atento à equação reconhecimento e redistribuição de bens, privilégios, poderes e em especial por dar sentidos ao que se entende e o que se quer por emancipação, atento às pistas do presente, dos que se mobilizam nas ruas, nas redes por justiça e mudanças sociais, por transgressões críticas à ordem, mas também, insisto, atento às pistas das violências, do racismo, das mobilizações conservadoras, anti migrantes, entre outras. O que tais pistas estão anunciando em termos de futuro e que vigilâncias inclusive cognitivas são necessárias?

Os processos sociais, em especial as reações populares às medidas de ajuste do capitalismo para enfrentar a crise do capital, mais uma vez sacrificando o trabalho, a segurança social de tantos pedem conhecimentos que colaborem para que o povo seja artífice, atores e atrizes participantes do espetáculo, ou seja, 'espectadores emancipados'

A emancipação política, a possível, no hoje se não formatada por conhecimentos atentos à dialética hoje – amanhã; que não estejam atentos aos "sinais do futuro" (Zizek) no hoje e não sejam críticos sobre os sentidos de tal emancipação, conquistas, direitos humanos possíveis no Estado, para as promessas de emancipação humana, serão conhecimentos que poderão contribuir para amenizar as crises do capitalismo mas não para uma emancipação social radical.

[...] O trabalho subterrâneo do descontentamento está em andamento: a fúria está crescendo, e haverá uma nova onda de revoltas. De que maneira devemos ler os sinais dessa fúria? [...] Deveríamos inverter a perspectiva histórica usual de entender um evento fora de seu contexto e gênese. A explosão emancipatória radical não pode ser entendida dessa maneira: em vez de analisar os eventos como parte de um contínuo de passado e presente, deveríamos buscar a perspectiva do futuro, isto é deveríamos analisá-los como fragmentos limitados e distorcidos (às vezes até pervertidos) de um futuro utópico que está inativo no presente como potencial oculto (ZIZEK, 2012: 129).

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Isto não é um Diário**, Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo. Metodologia da Pesquisa na Sociologia**, Petropolis, Ed Vozes, 2004.
- BRAGA, Ruy e BURAWAY, Michael **Por uma sociologia pública**. São Paulo, Alameda, 2009.

uma senha e são convocados ao palanque, caso sejam sorteados" (GRAÇA, 2012: 122).

- CANIELLES, Ariela dos Santos e OLIVEIRA, Avelino da Rosa Oliveira. "A Emancipação Humana: uma abordagem a partir de Karl Marx". Apresentado in **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo -- Marxismo, Educação e Emancipação Humana**. Abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – ver site (consultado em 20.09.2011).
- CASANOVA, Pablo. **As Novas Ciências e as Humanidades. Da Academia à Política**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.
- CASTRO, Mary Garcia. "**Interdisciplinaridade e os estudos sobre família-notas, decolando de leituras da produção/prática do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, UCSAL**" em REPJI (revista *on line* do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes, Identities, Cultura e Cidadania-NPEJI/UCSAL/CNPq), número 5, 2012.
- CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato. **Marxismo como Ciência Social**, Curitiba, UFPR, 2011.
- D'INCAO, Maria Angela (org.). **O Saber Militante, Ensaio Sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro, Editora: UNESP/Paz e Terra, 1987.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- GRAÇA, Eduardo. **A Era dos Indignados** In GG, n 20, novembro de 2012, p 118-123
- LACLAU, Ernesto. **Emancipation(s)** Londres, Ed Verso, 1996
- LAVINAS, Lena. **Na contramão dos direitos universais. Notas para reflexão**. In Plataforma Políticas Sociais, ver site, consultado em 11.2012
- MARX, Karl. **A questão judaica**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.
- MORIN, Edgard e LE MOIGNE, Jean Louis **Inteligência da Complexidade, Epistemologia e Pragmática** Instituto Piaget, Lisboa, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. **El Espectador Emancipado**. Pontevedra, Ed Ellago Ensayo, 2010.
- REIS, Fabio Wanderley **O Século sem Rumo**. In Revista CULT, n 169, junho 2012, p p 31-34.
- WAISELFISZ, J. **Mapa da Violência. Crianças e Adolescentes no Brasil, 2012**, Rio de Janeiro, FLACSO-Brasil e CEBELA, 2012.
- WEBER, Max. **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo**, São Paulo Ed Pioneira, 1992.
- ZIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

PARTE II

JUVENTUDES E CIDADANIAS

Apresentação

Cidadania e juventude são vocábulos em moda, em manchetes, são apelativos das mais variadas agências - do bem, do mal e das muito pelo contrário. "Cidadania se tornou uma palavra ubíqua no cotidiano brasileiro" (HOLSTON, 2013: 13).

Se tal banalização semântica tem como positivo um ganho da construção da democracia, ecos da Constituição Cidadã de 1988, o reconhecimento de direitos como parte da pavimentação do Estado moderno, ao que colabora a preocupação com a inclusão social pelos governos mais recentes, implica também em retornar ao velho estigma da alteridade – nós e os outros –, das tênues fronteiras entre diversidade e desigualdades. Há cidadãos de primeira e os de segunda, assim como cidadanias legítimas e outras negadas. Assim se legisla e se amplia por programas de transferência de renda condicionados a marcos normativos a possibilidade do acesso a direitos civis, sociais e políticos mas não necessariamente há condições materiais, capital social, cultural, conhecimentos e o pior, estímulo a vontades para que subjetividades cidadãs se afirmem. Ondas fundamentalistas ressurgem por resistências a reivindicações identitárias, direitos a não violências cotidianas, ao exercício da diversidade.

[...] cidadania [pode ser] uma medida de diferença e uma forma de distanciar as pessoas, umas das outras. O termo lembra as pessoas do que elas não são – embora paradoxalmente, elas próprias sejam cidadãos – e define os cidadãos como outros... [É] a cidadania diferenciada. (HOLSTON, 2013: 23)

Estudiosos em particular dos campos da antropologia e de estudos culturais discutem hoje vários tipos de cidadanias, decolando de necessidades sentidas e vivências singulares.

Pretendo acessar o tema juventudes e cidadanias, indicando que há que mais tentar compreender os jovens, sua diversidade, desigualdades e comunalidades, sentido de juventudes no hoje para poder analisar em que medida há que modelar cidadanias considerando a complexidade da dialética entre o ser e o vir a ser – ser jovem hoje e ser adulto amanhã.

Há uma dialética implícita combinando tempos – o hoje e o amanhã –, que é singular ao ser jovem, e que reforça a ânsia por viver intensamente, perigosamente, correr riscos, transitar por transgressões. É quando o conceito de condição juvenil pede um olhar refinado sobre o jogar-se no hoje, e também que se explorem as angústias sobre inseguranças em relação a um amanhã, que se quer ou que se gostaria que viesse. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2013)

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Conferência Inaugural da XVI Semana de Mobilização Científica (SEMOC), na Universidade Católica de Salvador, no dia 16 de outubro de 2013.

Anuncio o plano de voo desta fala/ensaio para que melhor se avalie a distância entre a 'intenção e o gesto'.

A intenção

Primeiro, gostaria de ponderar sobre o conceito de juventude, insistindo na equação juventude-juventudes.

Tal intenção pede revisitar a célebre assertiva de Bourdieu (1983) de que a juventude não existe. Segundo Bourdieu (1983, p. 67), "as divisões entre as idades são arbitrárias [...] e a fronteira entre a juventude e ser adulto é um objeto de disputa em todas as sociedades". De fato, o significado da categoria juventude é relacional a outras dimensões da vida social. No entanto, não se pode esquecer que as categorias não são neutras, e que têm relação com as diversas maneiras que as sociedades percebem e valorizam certos atores sociais.

Mas defendo a perspectiva de que a juventude é uma possibilidade. Tese que tem respaldo em reflexões de Karl Mannheim (2005) quem adverte que não há como discutir sobre uma geração, como juventude, ou determinado ciclo etário, sem discutir geração, como um tempo com *ethos*, *doxa* própria e o que chama "espírito de um tempo", não incorrendo, portanto em separações entre o objetivo e o subjetivo.

Weller (2005), assim destaca sobre gerações em Mannheim:

Ao invés de associar as gerações a um conceito de tempo externalizado e mecanicista, pautado por um princípio de linearidade, o pensamento histórico romântico alemão se esforça por buscar no problema geracional uma contraproposta diante da linearidade do fluxo temporal da história. Segundo Mannheim:

Desta maneira o problema geracional se transforma em um problema da existência de um tempo interior não mensurável e que só se pode compreender como algo puramente qualitativo, só pode ser apreendido subjetivamente e não objetivamente". (MANNHEIN, cit. In Weller 2005: 7)

Adverte-se, portanto sobre o cuidado com análises comparativas que abstraem história, mentalidades, modelação de subjetividades, tempos e espaços, ou seja da relativa distância a ser mantida de expressões comuns como "quando eu era jovem", "no meu tempo", "nós da heróica geração dos 60 com um projeto de transformação social e esta juventude alienada, individualista, narcísica", etc.'. Mas que juventude, que juventudes, em que tempos, a que cenários estamos nos referindo? Que perspectivas apresentam estes tempos, para estas juventudes?

A necessária conjugação entre geração como biografia e geração como tempo histórico é assim refletida por Corbisieur Matheus (2002: 174) por pesquisa com jovens no Brasil:

A adolescência, como sintoma social – tanto enquanto singularidade psíquica quanto como segmento social – inquieta e incomoda. Busca expressar aquilo que não se espera, do modo que lhe é possível: apresentando-se tradicionalista ou cética, ao mesmo tempo rompe com o papel de mudança que dela se espera e expõe a desigualdade e a falta de perspectivas próprias da sociedade atual.

Apelamos, mais uma vez para Mannheim (2005: 55):

A juventude não é progressista nem reacionária por natureza. É uma potencialidade disposta sempre a toda renovação. O fator especial que faz do adolescente um dos elementos mais importantes em toda renovação da sociedade está no fato de que esse adolescente não aceite a ordem social estabelecida como algo dado por suposto e que não tenha interesses adquiridos, nem em sua ordem espiritual nem na econômica (Mannheim, 2005:55)

Com Abramovay (e.g. ABRAMOVAY et al 2006), defendemos a propriedade, o que temos demonstrado por distintas pesquisas, de mapear o que une e o que separa, discutindo juventude-juventudes, ou melhor, juventudes na juventude, indicando desigualdades e diversidades de condições de vida entre os jovens, destacando inclusive cidadanias negadas a muitos.

Por exemplo, em 2011, no Brasil, 18% das pessoas entre 18 a 24 anos frequentavam ou tinham concluído o ensino superior. Entre os brancos tal contingente atingia 26% e entre os negros, 11%. Os que então tiveram acesso a educação superior chegavam a constituir 47% entre os 20% com maior renda familiar, e somente 20% entre os 20% de menor renda familiar¹⁶

Nas representações mais comuns sobre juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de um grupo "unitário", o que camufla diversidades e desigualdades sociais. O desafio é explorar tanto as similaridades como as diferenças que existem entre os jovens, ou seja, a multiplicidade na unidade. Homens, mulheres, ricos, pobres, negros, brancos, moradores em grandes metrópoles ou em zonas rurais são condicionados a viver uma mesma fase da vida de acordo com materialidades e simbologias culturais diversas, contudo há necessidades, vontades e pulsões que diferenciam a fase jovem de outras, o que pede que a definição de juventude refira-se a processos e contextos-tempos históricos, tempos políticos, subjetividades e projetos.

Segunda intenção neste texto é destacar a importância de considerar múltiplos tipos de cidadanias, mais afins a condições juvenis na contemporaneidade, porém cuidando contra o risco da fragmentação, já que enfatizar tipos de cidadania não necessariamente deve levar a hierarquizações ou seleções funcionalistas, afastando-se tanto de culturalismos como de economicismos.

Cidadania é um ganho do pensamento republicano, que orienta a relação Estado-sociedade-indivíduos, por ênfase em justiça, direitos a serem regulamentados e reconhecidos por todos, o que requer o direito à participação crítica, ou seja, a uma cidadania ativa e a uma cidadania cultural, além do acesso aos constituintes clássicos do que se entende por cidadania-direitos sociais, civis e políticos. Cidadanias ativa e cultural são identificadas como próprias da modernidade e em especial quando a referência é juventudes.

Cidadania ativa e educação política seriam conceitos entrelaçados no repertório reflexivo de Benevides (1991), em seu magistral trabalho sobre a formação da democracia no Brasil:

¹⁶ Fonte: IBGE, CNI, INEP, IPEA-Naercio Menezes Filho/INSPER, OCDE, SAEB, Todos pela Educação cit. in Revista Época, 8 de julho de 2013, p 56.

A introdução do princípio da participação popular no governo da coisa pública é, sem dúvida, um remédio, contra a arraigada tradição oligárquica e patrimonialista; mas não é menos verdade que os costumes do povo, sua mentalidade, seus valores, se opõem à igualdade – não apenas a igualdade política, mas a própria igualdade de condições de vida. Os costumes, não há como negar, representam um grave obstáculo à legitimação dos instrumentos de participação popular. Daí sobrelevar-se a importância da educação política como condição inarredável para a cidadania ativa – numa sociedade republicana e democrática. (BENEVIDES, 1991: 194)

Para a autora, portanto, decolando de estudos sobre a história do Brasil, a cidadania ativa requer “a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes” (BENEVIDES, 1991: 20), mas depende de formação cidadã, conhecimentos de direitos e lastro cognitivo/reflexivo no/para um pensamento político e ação críticos.

Seria, em tal perspectiva, válido, aplaudir mobilizações, eventos de massivas manifestações, como os recentes no Brasil – junho de 2013 – alimentados principalmente por uma força jovem crítica e por redes sociais.

Contudo há que mais refletir em que medida temos cenários de socialização cognitiva além das fratrias jovens autodidatas, que colaborem para que os jovens possam melhor intervir em processos organizacionais, por mudanças em cultura política, participação de longo prazo? Há que mais investir em debates afins a jovens, por linguagens e meios que mais preferem, como por redes sociais, sobre a complexidade e a importância de projetos em política, indo além da maniqueísta codificação, simplista e negativa, sobre o fazer política que nos chega pela mídia oficial. Em que espaços se estaria colaborando para que os jovens além de sujeitos de *re-ação* sejam também sujeitos de *trans-formação* social?

Tais questões pedem ir além de tutelagens ‘adultocêntricas’, mas aprender e buscar juntos em empreitadas intergeracionais, refletindo sobre desencantos, expectativas, considerando, insisto, a importância de manifestações por culturas juvenis, mas cuidando contra simplificações e questionando oportunismos mediáticos.

Em se tratando de jovens, há que mais acessar a relação entre democracia e cidadania ativa – o direito a participar não somente no plano de cidadania política –, ser votado, votar, estar em um partido, em um sindicato, mas modelar novos direitos, por formas reinventadas do fazer política, inovar formas gregárias de interpelação ao Estado e a outras gerações – o que já vêm fazendo muitos jovens – e, insisto, ter acesso a uma educação pautada para a formação cidadã, o que pede investir no pensar criticamente.

Não é este o lugar de analisar uma das instituições básicas para as trajetórias juvenis, a escola, mas explicitamos em outros trabalhos (ver entre outros, CASTRO, REIS e ABRAMOVAY, 2012) também amparadas por pesquisas empíricas, que a escola hoje estaria longe de colaborar para a formação político-cultural, o ser crítico, propositivo e sensível à diversidade e a desigualdades sociais, ou seja, para o exercício da potencialidade do/da jovem vir a ser sujeito de transformações sociais.

A terceira intenção deste texto, que possivelmente por mais ambiciosa, não se faça gesto, mas que o contamina subliminarmente, é a ênfase na importância de mais olhares a criatividades jovens por culturas juvenis e à cidadania cultural, em se tratando de jovens. Cidadania cultural é comumente definida como o direito de participação na vida cultural da nação, entendida não somente como o fazer, o sentir, o pensar formas de convivência e representação, quer por produções artísticas, costumes, simbolismos do ser e estar no mundo, consigo, na sociedade, o que, portanto pode apelar ao estranho, ao novo e a linguagens variadas.

Cidadania cultural passa por direito a consumo e produção de bens culturais, o que está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, mas vai além, remetendo à equação ética-e-estética, interpelando significados e valores que diferentes grupos por linguagens diversas comunicam, decolando de materialidades, necessidades sentidas e intenções de denunciar, desestabilizar ou mesmo reproduzir hegemonias.

Em se tratando de jovens além do acesso há que mais investigar como vem se lidando com as chamadas Sociedade de Informação e Sociedade de Conhecimento, as TICs –tecnologias de informação e conhecimento –, mas principalmente as oportunidades para socialmente afirmar criatividade e o reconhecimento de culturas juvenis. Assim cidadania cultural é construto básico para uma cidadania com preocupação com juventudes.

Canclini e Urteaga (2012) em recente livro com o sugestivo título “Cultura e Desenvolvimento. Uma visão crítica desde os jovens” em que analisam diversas estratégias criativas e consolidação de redes alternativas de jovens no México, questiona a comum codificação dos jovens como passivos e desencantados, apenas preocupados com dinheiro, envolvidos em drogas e reféns de apelos consumistas. Muitos o são, mas são muitos os que vem insistindo por cidadania cultural, inclusive por estratégias fora ou apesar da escola, apostando em comunicações interativas, materializações de criatividade, em muitos casos sofridas, em outras marginalizadas, reduzidas a experiências restritas, curtas ou abortadas por vulnerabilizações sociais próprias de uma sociedade de classes, de profundas desigualdades e segregações sócio étnicas.

Referindo-se a pesquisas com jovens artistas e empreendedores autônomos na Europa e no México, advertem Canclini e Urteaga (2012):

[...] que o dismantelamento do Estado de bem estar, com as conseqüências conhecidas sobre a ampliação do desemprego, a precariedade e a insegurança social, se articula com a despolitização e a perda de interesse e confiança no que podem fazer os atores públicos. Pesquisas recentes com jovens na Espanha, México e Argentina (Canclini 2008, Hopenhayn, 2008 e Reguillo 2010) indicam desinteresse ante as ofertas de bem estar e participação estatal. Preferem os jovens inserções em redes mais experimentais: com seus companheiros de idade, com aqueles que oferecem trabalho (ainda que precário) e bens de consumo e comunicação (ainda que obtidos fora da lei). A comunicação à distância por meios digitais lhes brinda maior realização que as relações presenciais, de momento, afastando-se de estruturas abstratas e se inclinando a redes mais expressivas. [O momento cultural de muitos jovens] é de desencanto, descontentamento – ou de indignação – em

relação a estruturas estatais e privadas hegemônicas, o que configura um expressivo desafio a políticas de desenvolvimento.

Ou seja, a preocupação com cidadania cultural, considerando práticas de comunicação e modelações artístico culturais de jovens, impulsos criativos não mapeados, se impõe no debate da equação cidadanias e juventudes hoje, desalojando o debate sobre cultura como lugar secundário, ou como parte da superestrutura.

O gesto: ideias sobre juventudes e cidadanias no Brasil

Pertencer, transgredir, contestar, questionar são comunalidades do ser jovem, que apelam para desafio da combinação entre a autonomia – pretendida, e a proteção – que se precisa, se quer e desdenha. Juventude tende a não ser somente tempo presente, mas também tempo futuro, que em tempos de insegurança, para muitos, é horizonte sem sentido, frustrado por cidadanias negadas.

O processo de afirmação individual ou grupal se choca com a pluralidade de redes de oportunidades disponíveis e necessárias para cada ciclo de vida, como educação de qualidade (ver BRASLAVSKY, 2004), trabalho decente (ver OIT, 2009) e acesso a produção e consumo cultural. Tais bens são importantes tanto para a socialização, formação crítica, quanto para o exercício de usufruir direitos. O que questiona modelos de desenvolvimento embasados na lógica do mercado e não da segurança social já que tal grupo, juventude, mais que outros não tem condições de competição, de acordo com aquela lógica. Os jovens buscam autonomia, mas precisam de redes de proteção social. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2013)

Insisto: defendo, que o jovem é uma potencialidade e que o recurso a uma cidadania ativa incompleta, ou o que chama Holston (2013) de “cidadania insurgente” passa tanto por buscar acesso a direitos instituídos legalmente como pelo direito a inventar novos direitos e por outras linguagens e modelações. Para muitos, os desorganizados ou individualizados em múltiplas demandas imediatas, os não orgânicos, não conseguirão “virar o mundo” como queríamos, os jovens da geração dos 60. Mas estão afirmando marcas geracionais do estar no e contra o mundo, na cidade, firmando direitos por tipos não mapeados de cidadania, inclusive por pequenos projetos e insurgências variadas.

Há muito dizem por diferentes performáticas, muitos jovens:

A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida, a gente quer a vida como a vida quer¹⁷.

Outros gritam “feijão e tesão”.

Contudo discutir a propriedade de cidadania ativa e cidadania cultural como direitos importantes para o ser jovem hoje e ser adulto, em busca de jovens, renovadas

17 Música de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito.

ideias sempre, leva a discutir uma das principais cidadanias negadas a tantos jovens: uma educação de qualidade, não refém do mercado e que estimule o ser crítico e que tenha a arte não somente como diversão, ainda que tal direito seja também importante, mas como linguagem socializadora por perspectivas sensíveis. A arte é um dos principais conhecimentos, prática contra o embrutecimento do ser humano e a separação entre educação-cultura-arte propicia culturas de violências.

Holston (2013) se refere no caso do Brasil hoje, a uma “cidadania estranhada” e a uma “cidadania insurgente” que se derivaria do que chama de “disjunções da democracia e da modernidade no Brasil”, em tempos que paradoxalmente se tem um relativamente alto desenvolvimento econômico, quando muitos saíram dos patamares da indigência, quando se modela política representativa por aparatos que pretendem difundir participação ampliada, como conselhos, consultas populares por conferências e no caso dos jovens vem se fortalecendo o campo das políticas públicas de juventudes. Desde 2005 se conta com uma Secretaria Nacional de Políticas de Juventudes e um Conselho Nacional de Juventudes. Em 5 de agosto de 2013 foi sancionada a **Lei 12.852** que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

Nas últimas décadas em muitos se ampliaram os direitos legalmente reconhecidos e a extensão dos incluídos. Mas são por um lado, também, tempos de insegurança, de desconforto com as ambiências da vida cotidiana, os serviços públicos, o estado do que é apregoado como sociedade de bem estar. Por outro lado, são tempos em que os próprios avanços sociais, contribuem para o aumento de expectativas e vigilância em relação a coisa pública, além do fato que em especial para muitos jovens os níveis de desemprego são mais altos. Se no Brasil entre os jovens de 18 a 24 anos aqueles que cursavam o nível superior passaram de 15% em 2002 para 29,2% em 2011, já o desemprego em maio de 2012 para esses jovens estava em 12,4%, o triplo da taxa registrada entre trabalhadores mais velhos.¹⁸

Sobre o “paradoxo perverso da democratização brasileira” reflete o antropólogo James Holston (2013:349):

A democracia brasileira avançou de forma significativa nas últimas duas décadas. Na verdade, tem sido pioneira em inovações que a situam na vanguarda do desenvolvimento democrático do mundo. No entanto, exatamente quando a democracia se enraizou, novos tipos de violência, injustiça, corrupção e impunidade aumentaram dramaticamente [eu corrigiria para se tornarem mais visíveis e assumidas como violências]. Essa coincidência é o paradoxo perverso da democratização do Brasil.

Algumas juventudes, mais diretamente são apanhadas nesse paradoxo e por menos amarras com rotinas, obrigações imediatas ou impulsos de transgressão, com maior probabilidade se enredam também em diferentes insurgências, reações a mal estares com a coisa pública. Mais uma vez me apoio em Holston (2013) contra euforias generalizadoras e simplistas por tais manifestações coletivas por direitos. Adverte Holston (2013: 62):

¹⁸ Fonte: IBGE, In Revista Época, 8 de julho de 2013, p. 50.

Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas. Cada caso deve ser avaliado. Sem dúvida o nazismo lançou mão de uma cidadania insurgente na Alemanha, assim como o fez a direita fundamentalista americana nos EEUU. A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta.

Alertar que a juventude, geração em uma geração, história hoje, é tempo propício para insurgências e insistir que há que compreender antes de julgar, não significa deslumbramentos ou demonizações dos jovens em insurreições coletivas ou individualizadas na micro política familiar, mas advogar que mais se questione se as cidadanias formais, em uso, estão contemplando desejos, angústias ou bem canalizando energias juvenis para projetos de resistência ao *ethos* de inseguranças, injustiças e fetichismos, coisificação como advertia Marx, das relações sociais entre pessoas e personalização das relações entre as coisas.

Compreender juventudes é questionar estilos e modelos de sociedade, a dissociação entre razão, cultura e normas de sociabilidade mais que inculpar indivíduos. A tese que sublinho, entre outras, é que muito caminhamos em leis. Os jovens no Brasil hoje, “de jure” estão relativamente bem, o que “de facto” é questionável.

Discutir cidadanias pede acessar culturas e sistema político-econômico-sócio-cultural e imaginário simbólico decolando de vivências, projetos ou falta deles, o que mais permite debater oportunidades para realização de potencialidades.

Paradoxalmente, insisto, apesar dos avanços em direitos no campo social, políticas compensatórias que focalizam o sujeito jovem como beneficiário e das estatísticas de diminuição dos contingentes em zonas de vulnerabilizações sociais, vivemos em um clima generalizado de medo, criminalização dos pobres, apoio estimulado pela mídia, a medidas punitivas rígidas, como a da maioria penal e o enquadramento de jovens codificados como “vândalos” em lei de segurança nacional, dos tempos da ditadura. Medidas que se alicerçam na repressão e que não equacionam a necessária punição daqueles que atentam contra a vida individual e coletiva, após rituais jurídicos legítimos, com o dimensionamento de qual punição e para que, e a necessária compreensão de que juventude é um processo, um estado de potencialidades, bastante sensível a desigualdades sociais, apelos da sociedade de consumo, a indignações, mas aberta a resocializações, a ter trajetórias reaprumadas a depender de cenários e oportunidades.

Por exemplo, especialistas em segurança pública não consideram necessariamente que a redução da maioria penal, tema em discussão no Congresso Nacional, possa contribuir para a diminuição dos crimes cometidos por menores. Para Camila Nunes Dias, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) a redução da maioria penal poderia ter efeito contrário ao pretendido: em vez de inibir a prática de delitos, introduziria de vez crianças e adolescentes no mundo do crime e destaca:

É o maior equívoco a associação da redução da maioridade penal com a entrada de menores no mundo do crime. Não existe espaço mais criminógeno que uma prisão. A entrada precoce da criança e do adolescente na prisão iria favorecer e aprofundar o menor no universo criminal¹⁹.

Antes das manifestações de junho de 2013, os jovens eram comumente considerados a nova classe perigosa, principalmente se pobres, da periferia e negros. Depois foram saudados como salvadores da pátria, a resposta pela rua, principalmente se da classe média, brancos e de cara limpa, ou seja não encapuzados. Sobre estes, remeto-me a observação de Eugenio Bucci (2013):

Os adeptos do quebra-quebra devem ser contidos, por certo, mas não devem ser tratados como se fossem terroristas ou traficantes armados [...] O lado mais grave do problema está na autoridade que erra a mão [...]

O clima é tenso. Há muita raiva no ar. Nas passeatas, há quem aplauda os que quebram vitrines de repartições públicas, tamanho é o sofrimento represado. Não é hora de crucificar a juventude. É hora de cobrar juízo, sim, mas principalmente das autoridades²⁰.

É comum etiquetar os jovens como sem projetos coletivos, individualistas, somente preocupados com suas carreiras, reféns da sociedade de consumo, da sociedade de espetáculo. Muitos de fato estão nessa onda, mas nem todos. Por outro lado, há que melhor analisar a composição social predominante dos jovens que protestaram em 2013 pelo passe livre, por qualidade de serviços urbanos, pela ética na política e tantas outras questões, nas manifestações de junho. Resgato análise do sociólogo Giovanni Alves que bem ilustra a propriedade de nos referimos a juventudes, ou seja no plural. Segundo Giovanni Alves para se entender quais jovens predominariam entre os que protestavam há que mais refletir sobre o precariado, entendido como tipo de classe média-média ou média-baixa composta por jovens adultos de média e alta escolaridade mas com defasada inserção produtiva e que questionam o tipo de sua inserção social. Segundo Giovanni Alves (2013):

De repente, o Movimento do Passe Livre (MPL) deu visibilidade nas ruas brasileiras à camada social média do proletariado precarizado urbano (em contraposição, por exemplo, ao “subproletariado pobre” que André Singer utilizou para caracterizar a nova base social do Lulismo). O precariado seria, deste modo, o filho pródigo do neodesenvolvimentismo que exige mudanças sociais na pauta do novo padrão de desenvolvimento brasileiro. Por exemplo, no artigo “Que juventude é essa”, publicado no jornal “Folha de São Paulo” de 23/06/2013, o sociólogo Marcelo Ridenti descreveu a juventude que ocupou as ruas nas manifestações do Outono Quente do seguinte modo: ‘Ao que tudo indica até o momento, são principalmente setores da juventude, até há pouco tida como despolitizada, e que não deixa de expressar as contradições da sociedade. *Parece tratar-se de uma juventude sobretudo das camadas*

19 In O Globo em 30/09/2013.

20 BUCCI, Eugenio. “Brincando de Black Block” in Revista Época, 26 de agosto de 2013, p. 24.

médias, beneficiadas por mudanças nos níveis de escolaridade, mas inseguras diante de suas conseqüências e com pouca formação política” (o grifo é de Giovanni Alves).

Numa pesquisa feita pelo IBOPE sobre o perfil social dos manifestantes de junho de 2013 no Brasil tornou-se clara a presença massiva do precariado nas ruas. Por exemplo, 63% dos manifestantes tinham de 14 a 29 anos; 93% dos manifestantes tinham o colegial completo e nível superior incompleto/completo; 76% disseram que trabalham, sendo que 15% disseram que ganham até 2 (dois) salários-mínimos (S.M.); 30% disseram ganhar de 2 a 5 S.M. e 26%, de 5 a 10 S.M.²¹

Já, a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), também ocorrida em 2013, no Rio de Janeiro, em muito ultrapassou as expectativas em termos de extensão e participação de jovens, desafiando outra codificação sobre a juventude, de desencantada com o espiritual, a religião e avessos ao transcendente.

A pesquisa do IBOPE sobre a composição dos participantes na Jornada Mundial da Juventude Rio 2013 indica que:

O perfil dos participantes foi equilibrado entre homens (40%) e mulheres (60%). Os jovens até 24 anos foram maioria na JMJ Rio 2013. Na faixa etária até 17 anos, estavam 20% dos peregrinos. Entre 18 e 24 anos, 39% deles. Os participantes de 25 a 39 anos englobaram 25%, enquanto os de 40 anos ou mais foram 15%. A maior parte dos jovens que participaram da JMJ Rio 2013 havia concluído o ensino superior (52%), seguido pelos de Ensino Médio (41%). A maior parte (58%) está estudando, enquanto 41% não estão. Em relação à renda familiar, a maior faixa é a de 2 a 5 salários mínimos (35%), seguida pela de 5 a 10 (22%). Os jovens cuja renda é mais de 10 salários mínimos representam 10%, enquanto os com até 2 mínimos são 17%²².

De fato são muitos os jovens que tem e estão em projetos que envolvem orientação e prática religiosa, como são muitos também os que não estão. A juventude nas passeatas de junho, assim como aquela na JMJ 2013 eram algumas juventudes, mas não a totalidade do complexo juventudes. E tanto o perfil dos jovens nas manifestações de junho por direitos a vários tipos de cidadania quanto daqueles que se congregaram por fé em muito difere da perfilhação predominante dos jovens no Brasil. Perfil que mais indica a predominância de marcas socioeconômicas de cidadanias negadas, apesar, se insiste, dos avanços sociais das últimas décadas.

21 ALVES, Giovanni. **O que é o precariado?** In BLOG DA BOITEMPO, publicado em 22/07/2013.

22 In <http://www.rio2013.com/pt/notices/details/3514/95-dos-peregrinos-ficaram-muito-satisfeitos-com-a-jmj-rio2013> de 6.8.2013 consultado em 10/10/2013.

Quadro 1

Alguns indicadores sobre juventudes - Brasil

Dos 50 milhões entre 15 a 29 anos, em 2009:

31% viviam em famílias com menos de 3 salários mínimos de renda domiciliar;

16% em famílias com renda domiciliar per capita superior a 2 salários mínimos;

34% (7,9 milhões) frequentavam a escola;

5% (753,4 mil) eram analfabetos;

30% (5,4 milhões) não haviam concluído o ensino fundamental;

3,5% (547 mil) haviam cursado só um ano do ensino superior.

Entre os de 15 a 24 anos, 7 milhões ou 19,9% foram codificados como “os que nem estudam e nem trabalham” – os “nem nem”.

(Fonte - IBGE, PNAD 2009)

Entre os “nem nem” (nem estudam e nem trabalham) no Grupo de 15 a 17 anos – 2006 (*):

44% ou 821 955 eram homens e 56% ou 1 032 307 eram mulheres;

72% eram negros (pretos e pardos);

93% eram da classe (critério Brasil)²³ D/E;

5% da classe C e

2% da classe A/B.

(*) (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006.)

A diversidade e as desigualdades sociais entre jovens assim como de lugares e formas de manifestação, sugerem que de fato é importante ressaltar em que medida os jovens vem sendo beneficiados por uma cidadania democrática, como a que se almejava na Constituição 1988 e sua representação entre os atingidos por fraturas sociais relacionadas às enormes desigualdades sociais no país. Há que também ser sensível a expressões que buscam des ou reestruturar padrões culturais, pactos de relações sociais, normas de convivência, o que nos pede ir além de ajuizamentos.

As jovens, em vários países, vêm se destacando em um movimento feminista que vai além dos direitos institucionalizados por políticas, mas que apela para cidadanias culturais ou contra culturais, tendo o corpo como linguagem de protesto contra violências e amarras normativas codificadoras da sexualidade. Penso na Marcha das Vadias, na Parada Gay, no movimento *queer*.

Mais se lançam os jovens em ações ousadas no movimento ecologista e são ativos contra várias discriminações em diferentes movimentos sociais, como nas pastorais da juventude. São jovens com diferentes e até contraditórias bandeiras, mas vibram, mobilizam adrenalina, questionam o estabelecido, agitam vontade e transgressões.

23 Critério Brasil-índice de classificação de ‘classes econômicas’ que leva em conta a escolaridade dos pais; nível de consumo domiciliar de eletrodomésticos; presença de trabalhadora doméstica-ver ‘Ver sobre’ Critério Brasil’ www.abep.org.br/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf. Na pesquisa (Abramovay e Castro, 2006) correlaciona-se tal índice com renda familiar dos jovens, encontrando-se alta associação, o que mais legitima o uso de tal critério para uma aproximação na classificação dos jovens em estratos econômicos segundo seus grupos familiares.

Contudo, são também principalmente jovens os que estão em movimentos neofascistas. Eram jovens, inclusive de classe média alta, os que incendiaram vivo o Índio Galdino em 1997, como são predominantemente jovens os mobilizados para atividades criminosas.

Paradoxalmente os que mais reclamam por autonomia, os jovens, subliminarmente, principalmente, requerem mais proteção contra os princípios da economia de mercado, contra modelos de desenvolvimento econômico que secundariam a qualidade de vida dos serviços e da vida cotidiana; contra bem intencionados e repressivos dogmas sobre vivências de sexualidades; contra o imperialismo de linguagens hegemônicas que não reconhecem performáticas variadas de comunicação e da crítica; contra uma sociedade de insegurança e de ênfase no direito por propriedade de bens e posição social, na fama e no espetáculo, colaborando para que muitos jovens também desconheçam direitos de cidadania dos outros, das outras e tenham a violência como cultura.

Fechando

Há que entrelaçar situações e falas de jovens com questões que são indícios do estado do mundo, o estado da nação. Um estado que desafia no caso do Brasil análises lineares, uma vez que no plano de processo há que de fato ressaltar estatísticas sobre aumento de contingentes fora de zonas crítica, por exemplo, na extrema pobreza, sem alguma escolaridade e no desemprego e a diversidade de formas de participação, ou seja de construção de cidadania ativa, pela qual não se espera mas se exige e cobra do Estado reconhecimento de direitos político-cultural-identitários, por movimentos não mapeados, mas em se fazendo e por diversas linguagens.

Busquei insistir em teses caras aos que vem estudando juventudes qual seja o cuidado conceitual, por perspectiva que discute juventude-juventudes, realçando complexa dialética entre tempo presente e tempo futuro e a chamada de Mannheim (2005) para quem não se poderia compreender uma geração, como a dos jovens, sem refletir sobre cenários e processos históricos, a geração em que nos movemos, uma geração que preza o eterno presente, a aparência, a vitalidade, o corpo objeto jovem.

Que ironia, o/a jovem idealizado-magro, viril, sexy, lindo é o símbolo dessa geração – nosso objeto de desejo, quem não quer ser jovem? E que medo temos de jovens concretos, de outra classe, de outra cor de pele, de outra orientação sexual, do *queer*, do estranho.

Insisto, o jovem é ao mesmo tempo uma idealização, uma projeção de outras gerações nesta geração, nestes tempos e é uma potencialidade que se afirma mas não necessariamente da forma que queremos, buscando por bússolas próprias.

Mas o processo de afirmação individual ou grupal se choca com a pluralidade de redes de oportunidades disponíveis e necessárias para cada ciclo de vida, como educação de qualidade, trabalho decente e acesso a produção e consumo cultural. Tais bens são importantes tanto para a socialização, formação crítica, quanto para o exercício do direito de ser jovem. Ora tais bens – educação, trabalho e cultura de qualidade – não necessariamente estão disponíveis ou igualmente distribuídos a todos os jovens, o que questiona modelos de desenvolvimento embasados na lógica do mercado e não da segurança social. De fato tal população, juventude, mais que outras, não têm condições de competição na compra daqueles bens, de acordo com, insiste-se, a lógica do mercado.

Juventude não é um conceito abstrato, é uma potencialidade, que se realiza por mais diversas performáticas ou que é abortada, deixando cruces, desencantos, participando de violências várias, registros de cidadanias negadas. Juventudes na juventude sinalizam buscas por múltiplas cidadanias, pelo direito de reinventar direitos.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; Castro (Coords.); ALVES DE SOUZA, Allan Nuno; SOUZA LIMA, Fabiano e PINHEIRO, Leonardo. **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2006.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa. Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**, Ed Ática, São Paulo, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CANCLINI, Néstor Garcia e URTEAGA, Maritza (coords). **Cultura y Desarrollo. Una Vision Critica desde los Jovenes**. Paidós Ed, Buenos Aires, 2012.
- CASTRO, Mary Garcia; REIS, Selma e ABRAMOVAY, Miriam. **Vulnerabilidades, Proteção e Autonomia - Difícil Equação para o Debate sobre Homo Afetividade e Educação**. In Anais do II Seminário Enlaçando Sexualidades. UNEB, Salvador, 2012.
- CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes, Participação e Cidadania. In BRITTO, Anete e BORGES, Ângela (org.). **Dicionário de Desenvolvimento Social**, Annblume Ed, São Paulo, 2013.
- HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. Cia das Letras, São Paulo, 2013.
- KEHL, Maria Rita. **A Juventude como sintoma da cultura**. In NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e Sociedade, Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 89-114.
- MANNHEIM, Karl. **El problema de la juventud en la sociedad moderna**. In *Diagnóstico de nuestro tiempo*. Fondo de Cultura Económica, México, 2005.
- MATHEUS, Tiago Corbisier. **Ideais na Adolescência. Falta (d)e perspectivas na virada do século**. Annablume, São Paulo, 2000.
- MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel e EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas Jovens**. Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro, 2006.
- MILLER, Toby. **Cultural Citizenship**, Matrizes, ano 4, n 2, São Paulo, 2011.
- PAIS, Jose Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 2003.
- WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil**. São Paulo: SANGARI, 2012. Disponível em: www.sangari.com. Acesso em 9 dezembro de 2012.
- WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim: perspectivas para a análise das relações entre educação e trabalho**. Apresentado in XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro 2005.



Série Cadernos FLACSO

N11

www.flacso.org.br